

ACTA Nº: 5– Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 02 de Janeiro de 2010

No dia dois do mês de Janeiro do ano de dois mil e dez, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1- Verificação da identidade e legitimidade dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Covelães, Contim e Outeiro, resultantes do acto eleitoral realizado no passado dia 13 de Dezembro, e verificação da identidade e legitimidade dos eleitos que hajam faltado, justificadamente, ao anterior acto de instalação;

2 – Discussão e votação da acta da 4ª sessão ordinária realizada no passado dia 01 de Setembro de 2009 e da acta da primeira Reunião da Assembleia Municipal;

3 – Expediente para conhecimento;

4 – Período Antes da Ordem do Dia;

5 – Período da Ordem do Dia:

5.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

5.2 - Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2010 – Opções do Plano, Plano de Actividades Municipais e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita;

5.3 – Revisão dos Documentos Previsionais do Ano Financeiro de 2009 / 3ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais;

5.4 - Mapa de Pessoal do Município de Montalegre, nos termos do artigo 5.º da LVCR, aprovada pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;

5.5 – Eleição de um representante das Juntas de Freguesia como Delegado aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses;

5.6 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do n.º 1, do art. 5º, do decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro e posteriores alterações;

5.7 – Eleição de 4 (quatro) representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Montalegre, nos termos da alínea l) do art. 17, da lei n.º 47/99, de 1 de Setembro;

5.8 – Eleição de 5 (cinco) representantes da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIM-TM, nos termos do art. 15º dos Estatutos;

5.9 – Pedido de isenção de pagamento da IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis), nos termos do art. 43º, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, em que é requerente JOVIFOLIA – Canalizações Unipessoal, L.da., com sede na Rua do Sr. da Piedade, n.º 2 R/C – Montalegre;

6 – Período após a ordem do dia.

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes sessenta membros.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Nuno Pereira, Sandra Carvalho, António Santos, Luís Carril, Alexandre Antunes, António Dias, Eugénio Xavier e João Fecheira.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Fernando Calvão, Olímpia Vinhas, Carla Rodrigues, Manuel Sousa, Duarte Calhelha, João Surreira, Pedro Giesteira e Alberto Ferreira.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1- Verificação da identidade e legitimidade dos senhores Presidentes das Junta de Freguesia de Covelães, Contim e Outeiro, resultantes do acto eleitoral realizado no passado dia 13 de Dezembro e verificação da identidade e legitimidade dos eleitos que hajam faltado, justificadamente, ao anterior acto de instalação.

Depois de verificada a legitimidade e identidade dos deputados eleitos, pela coligação "Amar Montalegre", Luís Filipe Lopes Afonso Carril, Guilhermina Maria Rodrigues da Costa, Rui Mário Miranda Alves, Manuel Francisco Ramos, Márcio

Abreu Carvalho Azevedo, Luís Rogério Barroso Marinho, António Maria Dias Cascais, por listas independentes, Manuel Branco Francisco, José Acácio Rodrigues Álvares de Moura e Domingos Dias Afonso, e pelo Partido Socialista, Pedro Nuno da Cruz Giesteira, estes foram considerados empossados.

O deputado Pedro Nuno da Cruz Giesteira, apesar de ter sido convocado para o acto da instalação da Assembleia Municipal, realizado no dia 28 de Outubro de 2009, não esteve presente nem justificou a sua falta.

2 - Discussão e votação da acta da 4ª sessão ordinária realizada no passado dia 01 de Setembro de 2009 e da acta da primeira Reunião da Assembleia Municipal.

A acta da sessão ordinária do dia um de Setembro de 2009 foi posta à consideração, não tendo havido quaisquer reparos.

Posta a votação a acta foi aprovada por maioria com dez abstenções.

Aos vinte e três dias do mês de Dezembro do ano dois mil e nove, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, e devido à neve não houve quorum não se podendo realizar esta sessão.

O Presidente Joaquim Pires marcou nova reunião, com a mesma ordem de trabalhos para o dia 2 de Janeiro de 2010.

Estiveram presentes os seguintes membros: Fernando Calvão, Acácio Gonçalves, Francisco Surreira, António Ferreira, Clotilde Magalhães Gomes, João Surreira, Sebastião Martins, Ana Maria Martins, Manuel Carvalho, Olímpia Vinhas, Joaquim Pires, José Bento Dias, António Morais da Costa, Manuel Duarte, Manuel Francisco e José Carlos Costa.

3 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conta do expediente recebido.

O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento dos cargos por ele exercidos: membro do conselho de administração da EHATB, EIM, S A, desde 17/07/2007; Vogal do Conselho Directivo da AMAT, desde 16/12/2008; Presidente do Conselho Fiscal da ADRAT, desde 14/02/2008; Vogal do Conselho de Fiscalização da ADERE-PG, desde 16/12/2004; Presidente do Conselho Fiscal da Escola Superior de Enfermagem de Chaves, desde 03/04/2006.

A Assembleia tomou conhecimento.

4 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados Luís Carril, Nuno Pereira, António Ferreira, Acácio Gonçalves, António Cascais, Francisco Surreira, Ricardo Moura Manuel Ramos e Manuel Duarte.

O deputado Luís Carril deu as boas vindas aos novos deputados. Disse que a função da oposição é, de uma forma construtiva, dizer bem quando acharem que o devem fazer e de dizer mal quando devem dizer mal.

Pediu esclarecimentos sobre a EHATB e nomeadamente sobre os apoios financeiros concedidos às Juntas de Freguesia. Perguntou quais são os critérios e os moldes para atribuição dos mesmos.

O deputado Nuno Pereira pediu a palavra para dar as boas vindas a todos os deputados, desejando um mandato cheio de avaliação crítica, actividade e discussão.

Disse que se tem tendência a confundir papéis pois a questão colocada pelo deputado Luís Carril, sobre a EHATB, não deveria ser feita ao Presidente da Câmara, nem nesta Assembleia, pois o Presidente da Câmara não está nesta Assembleia como representante da empresa EHATB.

Falou sobre o regimento da Assembleia e disse que este deveria ir a aprovação e/ou discussão, pois embora a Assembleia seja soberana, deve constar se mantém o regimento anterior ou não. A seu ver, há questões que devem ser alteradas, como é o caso do Presidente da Assembleia dar sete minutos para cada intervenção. Uma pessoa que não consiga dizer em dois minutos alguma coisa importante não é em sete que o faz.

O deputado Acácio Gonçalves deu as boas vindas aos novos deputados e deseja que nesta Assembleia, os deputados sejam mais opositores à Câmara Municipal.

Falou sobre o Dec. Lei 100/99 que fala sobre as águas. Disse que gostava que o Presidente da Câmara informasse a Assembleia sobre o que se está a passar com o INAG (Instituto Nacional das Águas) pois é um assunto que interessa a todos os barrosões.

O deputado António Ferreira prescindiu da palavra.

O deputado António Cascais cumprimentou a Mesa e desejou que o ano 2010 seja próspero e cheio de capacidade de gestão do mandato que o povo concedeu.

Falou sobre o PNPG (Parque Nacional da Peneda Gerês), dizendo que é um assunto ultrapassado por força da lei, dado que o plano de ordenamento esteve em discussão pública e o prazo terminou no mês de Dezembro para apresentação de sugestões. No entanto, isto nada impede que as pessoas que residem no concelho de Montalegre tenham o dever e a necessidade de apresentar as suas críticas e propostas no sentido correctivo, não perturbando o funcionamento do parque.

Disse que a sociedade tem alguns tiques e modas e agora fala-se muito na defesa do que é natural. Mas esquecem-se que há pessoas que vivem na área do PNPG, na bacia hidrográfica do Alto Rabagão e seria bom que não

quisessem transformar o concelho numa reserva por forma a que apenas os turistas aqui queiram estar.

Disse que este assunto a todos deve preocupar e deve haver esforços para que as instituições vejam que as pessoas que aqui vivem já são suficientemente limitadas em termos de recursos.

Disse que o agendamento do regimento da Assembleia Municipal é uma força da lei que impõe que este seja discutido na primeira sessão.

O deputado Francisco Surreira perguntou ao Presidente da Câmara em que ponto está a rectificação da Estrada Nacional 103 (EN103). Chamou a atenção para a situação caótica em que se encontra o Hospital de Chaves. Disse que morreu lá um conterrâneo, tendo estado três horas sem ser atendido.

Disse que ouviu o Presidente da Câmara de Chaves a solicitar união aos autarcas da região para que se tomem posições. Perguntou ao Presidente da Câmara de Montalegre se vai tomar posição ou não: O Presidente da Câmara de Chaves, quando o Senhor Ministro Ferreira de Campos encerrou a maternidade e algumas valências do Hospital de Chaves, esteve presente numa manifestação e, o nosso Presidente não teve coragem de pedir à população de Montalegre para comparecer em massa.

O deputado Ricardo Moura disse que ficou todo contente ao ver tanta juventude nas bancadas da Assembleia pois acredita que vão ser uma mais valia para o enriquecimento das sessões.

Disse que era preciso apelar ao Governo para que este olhe pelos Barrosões. Dada esta crise, cada vez mais é preciso que olhem por nós. Montalegre vive da agricultura. Primeiro pagaram para não trabalhar e agora nem se trabalha nem se recebe. Os subsídios são cada vez menos e chegam mais tarde e no ano 2010, o Dr. Paulo Portas, com a subida que teve nas eleições legislativas, ainda nem falou na agricultura transmontana.

O deputado Manuel Ramos entregou o seguinte documento à Mesa: "O Instituto Nacional de Estatística (INE) publicou recentemente um estudo sobre o poder de compra dos habitantes dos 308 municípios de Portugal, relativo ao ano de 2007 (mês de Dezembro), com o qual pretende avaliar e graduar os municípios portugueses sob o ponto de vista do PIB e do poder de compra, na acepção lata de bem-estar material.

No que se refere ao concelho de Montalegre, chegou aquele Instituto a uma triste conclusão: Montalegre é, entre 308 concelhos, o número 295, ou seja, é o 13.º a contar do fim; e dispõe de um poder de compra de apenas 49%, portanto, menos de metade do poder de compra da média nacional. E como em anterior estudo, relativo a 2005, Montalegre ocupava o n.º 275 (agora é o 295), as mesmas estatísticas demonstram que em 2 anos, Montalegre perdeu poder de compra, regrediu e foi ultrapassado por 20 concelhos, porque há concelhos tradicionalmente mais pobres, que estão a desenvolver-se mais depressa e, por conseguinte, "a passar a perna" ao nosso concelho. Estas estatísticas oficiais e independentes, que reservam para

Montalegre um lugar miserável no fundo da lista, estão em desacordo com o discurso oficial da Câmara, que pinta a cores vivas o progresso da nossa terra. Só que uma coisa é o que a Câmara diz por interesse político e outra, bem diferente, é aquilo que se vê e que as estatísticas comprovam. E qualquer pessoa é levada a acreditar mais no estudo independente do INE e na crueza dos números que apresenta do que na fantasia do discurso oficial. E, quando se trata de arranjar culpados - porque tem de haver culpados -, tão injusto seria dizer que a Câmara é a única responsável pelo empobrecimento do nosso concelho, como dizer que a Câmara não tem responsabilidade nenhuma. Assinado, Manuel Ramos”.

O deputado Manuel Duarte disse que a sua intervenção se prende com o plano de desenvolvimento da albufeira do Alto Rabagão. Disse que está a decorrer um inquérito público e várias pessoas se têm manifestado contra o plano e contra a lei que o plano abarca.

Disse que houve uma reunião no dia 14 de Dezembro com muitas vozes dissonantes e ele próprio fez uma questão. Perguntou se o Presidente da Câmara sabia do tipo de investimentos que serviam como contrapartida pelos condicionalismos que o plano vai trazer e reformula essa mesma questão pois ainda não teve resposta.

Falou sobre as Águas de Trás-os-Montes e questionou a Câmara se o inquérito público já terminou e se a obra já foi entregue porque instalaram os depósitos nos baldios dos moradores de Medeiros e até à data ainda não foi declarada utilidade pública e nada se recebeu.

O Senhor Presidente da Câmara, sobre os critérios de distribuição de verbas às Juntas de Freguesia pela EHATB, disse que esta empresa não tem critérios. Distribui verbas como bem entende de acordo com os limites da lei. É uma empresa privada de capital público que pode consultar as Câmaras para essa atribuição, mas sem qualquer obrigação.

Sobre o plano de ordenamento da Albufeira, disse que está ainda em discussão até ao dia 13 de Janeiro de 2010. Disse que um dos esforços é no sentido de alterar a linguagem pois a limitação para os 100 metros na área de construção não vai ser alterada. As regras são para se cumprir e têm como objectivo preservar a qualidade da água. E a água é um dos bens que Montalegre tem que deve ser preservado. Um plano de ordenamento é para impor regras e restrições. Há interesses que se devem defender e vai-se tentar compatibilizá-los com a garantia da qualidade da água, da natureza e do ambiente. Não concorda com propostas radicais e de nos vermos como coitadinhos. Temos que admitir que é preciso regras.

Disse que se disseram muitas mentiras, mas o mal foi estar em período eleitoral. Disse que é permitido acesso à barragem, criação de espaços de lazer e tomar banho. Só não se pode tomar banho no pontão por questões de segurança e na zona das captações de água. Pode-se tomar banho em 99% da barragem, mas alarmou-se como se esse 1% fosse muito limitativo. Podem circular barcos num contingente bastante alargado desde que estejam devidamente legalizados. A questão maior que se levanta é a do pastoreio, mas



trata-se de uma questão interpretativa pois a linguagem está excessiva e restritiva. Embora o espírito seja permitir que as culturas tradicionais e os trabalhos agrícolas sejam desenvolvidos, tem que se impedir a utilização de fertilizantes para que se tenha qualidade na água. Outra questão de linguagem são as expressões de "bebedouros" e "o gado beber". São coisas totalmente diferentes. No plano diz que a barragem não pode ser bebedouro e é obvio que não. O gado não pode beber nos charcos de água, mas pode beber na barragem.

Sobre o PNPG, disse que tem também as suas regras mas, apesar disso, fazem-se coisas dentro do parque que não se podem fazer fora dele. O PNPG é um território especial e se não for cuidado e se a lei não o protegesse seria devastado em pouco tempo. É a nossa jóia da coroa e temos que a defender. Este plano é uma revisão do anterior. O problema maior tinha a ver com o pastoreio na área de reserva integral mas isso praticamente não afecta o concelho e este director teve o bom senso de alterar para que o pastoreio tradicional seja permitido. O problema é que há muita gente com interesse naquele espaço e não são os moradores. São os senhores das eólicas e das mini-hídricas. Disse que há muitas contrapartidas no território do parque. Há investimentos que são aprovados porque estão na área protegida e qualificada, mas quer que haja contrapartidas mais efectivas pois deve ser uma exigência dos autarcas sérios e responsáveis. Disse que se deve preservar o ambiente, a biodiversidade e a presença humana para que o PNPG seja um repositório de cultura e história. Sobre a questão das visitas ao parque serem pagas ou não, disse que é a favor que se pague e bem pois o que é bom paga-se e deve ser rentabilizado, embora haja outras taxas para os residentes que não fazem qualquer sentido.

Sobre a EN103, disse que este assunto vai ser retomado pois o Ministério que tutela as obras públicas conhece bem a realidade. É um assunto que está na agenda de trabalhos e uma prioridade da qual não se vai desviar.

Sobre o Hospital de Chaves, disse que não alinha em folclores. Não faz demagogia política pois se as coisas correm mal devemos dizê-lo com toda a frontalidade. Nunca faltou a solidariedade do autarca de Montalegre para com o autarca de Chaves. O Hospital de Chaves levanta questões muito complicadas, a começar pelos médicos e pela gestão. Pediram uma audiência à Senhora Ministra da Saúde para lhe exporem as preocupações e ver se se pode contribuir para uma boa solução para esse hospital. Realçou que se há coisas boas que o 25 de Abril trouxe foi o serviço nacional de saúde. Estivesse assim a educação e a justiça.

Sobre o problema dos agricultores, disse que sabe que são muitos, mas não basta só reivindicar. É preciso trabalhar pois há muita coisa que se pode fazer na área agrícola, na pecuária e nos produtos locais no concelho de Montalegre. Os agricultores podem propor iniciativas à Câmara e esta pode apoiá-los, mas não pode distribuir o dinheiro sem trabalho. A Câmara já ajuda nos caminhos agrícolas, já subsidia os 200 mil euros para as cooperativas, organiza a Feira do Fumeiro, investe na requalificação das aldeias, na promoção dos produtos locais e no Ecomuseu de Barroso. Falta é iniciativa por parte dos agricultores. Que aproveitem os apoios do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional)

que vêm aí. Não se pode andar atrás dos subsídios. Tem de se apresentar projectos produtivos e rentáveis, como é o caso da produção de fumeiro.

Perguntou ao deputado Manuel Ramos se nos 2/3 dos concelhos deste país que estão a perder população, os Presidentes da Câmara serão todos "malandros" que não trabalham. A culpa de Montalegre perder população é de um autarca do Partido Socialista (PS), mas no caso de Valpaços, que é do Partido Social Democrata (PSD) de quem é? Ou será que os presidentes de Câmara do interior são todos "malandros". Ao contrário dos das grandes cidades, que são todos bons gestores, uma vez que o poder de compra, lá cresce sempre. Disse que o deputado Manuel Ramos devia ser sério e ter respeito pelos autarcas do interior onde ele se insere.

Constatou que o Instituto Nacional de Estatística (INE) coloca Montalegre abaixo dos 50% do poder de compra, mas os que estão a 51% não estão melhor. E o pior é que o mal é de todo o interior do país. Não se trata de falta de trabalho e de dedicação dos autarcas. São questões mais complexas que o deputado devia reconhecer e ter mais respeito pelos colegas eleitos em zonas mais difíceis.

Embora não queira contestar os números, disse ainda que trocava a posição de Montalegre pela de Valpaços, porque apesar de Valpaços estar a baixo de Montalegre, Valpaços é mais rico. Tem castanha, tem azeite, tem vinho e os frutos secos. Podia questionar-se porque, é que aparece mais abaixo. Mas não questiono. Estamos mal, mas estamos mal todos os do interior e isso não é culpa da política local.

Mais ridículo é o deputado falar de fundos de coesão quando não se sabe o que se diz.

Sobre as contrapartidas do Plano de Ordenamento da Albufeira, disse que estão previstos 8 milhões de euros. São uma série de investimentos públicos e não de contrapartidas para os proprietários.

Sobre o inquérito público das Águas de Trás-os-Montes, disse que houve várias empreitadas e os inquéritos chegam conforme elas foram terminando, mas julga que o problema levantado tem a ver com a legalização dos terrenos. É um assunto jurídico e não político.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Nuno Pereira António Cascais e Francisco Surreira.

O deputado Nuno Pereira disse que ficou chocado com a intervenção do deputado Manuel Ramos pois indica um total desprezo pelo poder local.

Sobre o Hospital de Chaves, disse que por vezes as medidas são tomadas baseadas em determinados pressupostos, objectivos e modelos de acção que podem ou não resultar. Pensa que estará na altura de pedir a reavaliação do próprio processo.

Realçou que as questões do PNPG e da albufeira não devem ser objecto de confronto, mas sim de união e força em prol do desenvolvimento do concelho.

O deputado António Cascais disse que no calor da discussão há um interesse que une toda a gente que é a defesa dos interesses de Montalegre. Disse que entende o discurso do Presidente da Câmara quando este acalma entusiasmos

e crispações. Mas há um dado inalterável que é que não se vai alterar a lei, nem as obras da captação das águas. É irreversível. Há pormenores que se podiam aligeirar, como é o caso contado nesta Assembleia pelo deputado Manuel Duarte, em que relata que soldados da GNR, armados com armas G3, se deslocaram á albufeira dos Pisões e autuaram pessoas que lá estavam. Ora, se os soldados da GNR fizeram isto, foi com a cobertura da lei.

Disse que reconhece que o deputado Nuno Pereira é bastante minucioso na interpretação das leis, pois privou com ele na vereação da Câmara, mas aconselha-o a ler ao pormenor o Dec. Lei 107, onde diz que na zona reservada de protecção não se podem ampliar as edificações existentes excepto para a dotação de uma cozinha ou instalações sanitárias. Isto podia ser evitado pois é nesta questão de pormenores que está o mal. Já existe o PDM, o licenciamento das autarquias e o bom senso dos autarcas que fazem essas limitações. Com isto vão fazer com que agentes de autoridade menos escrupulosos possam intervir, estabelecer coimas e prejudicar as pessoas que ali residem. Bem sabemos que quem elabora as leis, nos confortáveis gabinetes de Lisboa, gera estas contradições, pois não conhece a realidade.

O deputado Francisco Surreira disse que falou na EN 103 por vários motivos. Primeiro porque no dia 16 de Outubro de 2007 foi publicada uma notícia que falava que Montalegre e Boticas não iriam receber nada do PIDAC, notícia à qual o Senhor Presidente da Câmara respondeu, através da comunicação, "que apesar de não ter verbas inscritas no PIDAC, regionalizado, o Presidente da Câmara, Fernando Rodrigues disse que a principal obra reivindicada pela autarquia está garantida, designadamente a EN103, entre Montalegre e Braga. Temos a garantia do Governo que em 2008 haveria verbas para o projecto desta obra que deverá começar em 2009".

Perante isto, perguntou ao Presidente da Câmara o que fizeram durante estes dois anos pois a obra não começou e ficamos sem a verba do PIDAC.

Falou ainda de uma outra notícia, assinada pelo Prof. Carvalho de Moura, publicada no primeiro mandato do Dr. Pires e passou a ler: "a EN 103 foi traçada há muitos séculos por romanos e parece que está condenada ao abandono por parte dos sucessivos Governos. Enquanto responsável pela administração concelhia, lutei energicamente pela sua rectificação. As melhores testemunhas são os directores das estradas do distrito e os Presidentes da Junta Autónoma de Estradas e a única coisa que consegui foi a rectificação entre Codeçoso e os Pisões, porventura o seu pior traçado. Em 1989, numa sessão solene nos Paços da Câmara Municipal de Montalegre, pediu ao então Primeiro Ministro de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, o seu empenho pessoal na beneficiação. Nesta matéria disse, que a obra remetida no PIDAC para classificação de outras estradas não constava qualquer atribuição de verbas.

Cavaco Silva foi claro em afirmar que se irá empenhar em tentar incluí-la num qualquer programa que determinasse a execução da obra. No final desse mesmo ano a autarquia perdeu o mandato para o PS, à semelhança de 56 Câmaras do mesmo partido espalhadas por todo o país. Antes de abandonar a Câmara fiz questão de deixar a Joaquim Pires, meu sucessor, um extenso dossier sobre as diligências efectuadas quanto à EN103. Acontece que Joaquim Pires vai ficar na história como mau Presidente da Câmara porque delegou

todos os poderes nos vereadores e ele em oito anos só governou um mês. Conclusão, naquele tempo, Joaquim Pires julgou-se herdeiro do fascismo de que era preciso eliminar todos os seus vestígios e devia ter atirado às ortigas os dossiers.”

Depois de ler o artigo, perguntou se isto é ou não verdade porque da pessoa que escreveu o artigo espera tudo.

O Senhor Presidente da Câmara disse que compreende o pesadelo do PSD e a carga que traz aos ombros ao pensar no Carvalho de Moura pois este foi o único que esteve no poder pelo PSD e foi precisamente o Carvalho de Moura que foi destronado pelo PS.

Sobre a captação das águas na albufeira é uma coisa e a adesão às Águas de Trás-os-Montes é outra. Podíamos não ter aderido à e a captação podia fazer-se na mesma porque nós não temos interferência numa propriedade que é da EDP. A EDP autorizou a intervenção na albufeira, independentemente da Câmara aderir ou não.

Sobre as multas que se levantaram na albufeira no verão disse, que se devem na maior parte dos casos a excesso de zelo ou má interpretação da lei por parte de alguns agentes. Essas multas tornaram-se apenas trabalho administrativo que deram à Câmara e ao tribunal. Houve muitas multas pelo campismo selvagem, mas isso já era proibido há muito tempo. O campismo só é permitido se for autorizado para que se evite transformar a barragem numa lixeira. O resto dos autarcas não tem sentido e não tiveram penalização pela Câmara.

Disse que o plano respeita os perímetros urbanos e a zona mais complicada é em Morgade que tem mais terrenos inundados.

Disse também que o pastoreio tradicional vai ser mantido. Há determinada linguagem que vai ser alterada.

Sobre o plano de ordenamento do PNPG, as restrições que existem são questões também administrativas e não técnicas. Têm a ver com as directivas internas da gestão do parque. Disse também que a Câmara Municipal de Montalegre foi a única que declarou assumir desde o início a responsabilidade de dizer sim ou não a cada projecto, sem ser necessário ir ao PNPG. Todas as outras recusaram.

Sobre o PIDAC, sobre as estradas e sobre as promessas, disse que podíamos recuar mais uns anos e na altura em que Cavaco Silva era Primeiro Ministro também este prometeu a auto estrada a Chaves, mas foi preciso vir um Governo Socialista para pôr a estrada a andar. Também veio a Montalegre o Primeiro Ministro que prometeu a EN103, mas foi para Bruxelas. E houve outro Primeiro Ministro que prometeu, mas neste acredita pois sabe que ele vai cumprir. Disse que a EN 103 não se vai fazer sem projecto, não é uma intervenção fácil e não acredita que se faça uma estrada nova por questões ambientais e interesses locais instalados.

5 – Período da Ordem do Dia

5.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Luís Carril, Nuno Pereira e Acácio Gonçalves.

O deputado Luís Carril disse que detectou uma gralha na redacção das receitas pois faltam 30 mil euros, comparativamente com o resumo da execução financeira da despesa.

Perguntou sobre a localização do pavilhão desportivo de Salto e também sobre o prédio Albino Fidalgo e porque é que saiu da cabimentação.

Relativamente aos investimentos excepcionais, fez reparos no que diz respeito à Comissão de Festas do Senhor da Piedade de Montalegre. Disse que é a segunda maior verba cabimentada e parece-lhe exagerada.

Falou ainda do Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso que aparece com duas verbas distintas e não percebe porquê.

Falou ainda, dentro das despesas excepcionais, na área social, na ocupação de jovens e no desenvolvimento, verbas referentes a vários conselhos directivo, perguntando de que se trata.

O deputado Nuno Pereira disse que o desenvolvimento do concelho não é só cifrões, é também ideias, projectos, investimentos e um conjunto de projectos de cariz financeiro-económico que efectivamente se materializa em obras e desenvolvimento.

Disse que não é defensor de dar prioridade à EN103 pois acha preferível e mais benéfico para Montalegre a ligação de Salto a Cabeceiras pois toda a zona do Vale do Ave, rica economicamente, está ligada à rede de auto estradas.

Se houver negociações razoáveis para a beneficiação da EN103, é de opinião que Montalegre deixe cair, pois quando isto acontecer todos os jogos políticos se reassumem.

Falou da dimensão da promoção cultural que a Câmara Municipal de Montalegre fez com a Câmara da Póvoa de Lanhoso. É importante que a dimensão cultural e humanista seja desenvolvida nas escolas e ainda bem que a Câmara tem esta sensibilidade e espaço para essa criação.

O deputado Acácio Gonçalves disse que sempre defendeu que a EN103 não deveria ser desprezada. Disse que Boticas vai ser beneficiada com uma via rápida à auto estrada e Montalegre fica a 20 km de Boticas.

O Senhor Presidente da Câmara sobre a localização do pavilhão desportivo de Salto, dizendo que fica junto do campo de futebol. Fez-se tudo para tentar uma melhor localização, para estar o mais central possível por questões de

acessibilidade e de utilização, mas não se conseguiu compatibilizar com o PDM. Houve negociação nos terrenos quem vai para Cabeceiras, logo a seguir à Casa do Capitão, mas não houve acordo. Não há outra localização em Salto.

Sobre o legado Albino Fidalgo, disse que o plano 2010 contempla habitação social em Salto, mas neste momento a prioridade é Montalegre, ficando em aberto a possibilidade de posteriormente se avançar para Salto. Sobre as festas do Sr. da Piedade, disse que são as festas do concelho e que já ouviu dizer que estas não tinham dignidade. Há contradições, mas não há possibilidade de fazer as festas do concelho e receber os emigrantes criar animação e atractividade sem haver investimento.

Sobre as verbas transferidas para os conselhos directivos, disse que foram para obras e que nalguns casos dizem respeito ao protocolo de apoio aos sapadores. Relativamente às verbas para as associações, disse que foram estabelecidos protocolos para que recebessem estagiários e dinamização de actividades com intuito social. Sobre as estradas, disse que Montalegre quer as estradas todas, mas isso não é possível. Hoje as auto estradas trouxeram alterações profundas ao território, ao país e a Montalegre. Há uns anos, a estrada principal para Montalegre era a EN103 mas hoje já se colocam muitas interrogações, devido às ligações às redes de auto estrada. Toda a gente procura auto estrada. A fila contínua que se via na feira do fumeiro pela EN103 deixou de se ver e na última Sexta-feira 13 via-se fila compacta para Chaves e não eram apenas flavienses. Os carros entravam na A24. Temos que nos adaptar à nova realidade e a estrada prioritária é para Chaves, sendo esta cidade mais próxima e com fortes interesses económicos e principalmente porque é a ligação mais perto à A24. Tendo esta estrada, pode pôr-se em segundo plano a estrada do Barracão.

A estrada por Vilar de Perdizes é essencial para a maior parte do concelho de Montalegre e também para a sede do concelho e é a que está ao alcance de ser feita. Custa 4 milhões de euros.

Disse que esteve, juntamente com o Prof. Orlando, o Presidente da Câmara de Cabeceiras de Basto, com o Presidente da CCDR e com o vogal do Conselho de Direcção da ON na passada quarta- feira. Deslocaram-se a Cabeceiras e vieram a Salto e à Venda Nova. Percorreram a estrada toda para ver qual o impacto que aquela estrada tem para o desenvolvimento local e para estudar possíveis financiamentos, mas realçou que a EN103 é essencial não só da Venda Nova para Braga, mas também da Venda Nova para Montalegre pois afirmou que quer que as populações do Baixo Barroso venham para Montalegre e não para Braga ou Cabeceiras.

Inscreveu-se para esclarecimentos o deputado Luís Carril.

O deputado Luís Carril disse que o pavilhão de Salto não tem como único objectivo servir o Grupo Desportivo. Sendo assim, acha que fica muito desviado da população. Mais valia protelar mais uns meses e encontrar outra localização. Há terrenos ao lado da escola e terrenos mais centrais que serviriam melhor a população. Os alunos da escola dificilmente irão praticar desporto tão longe. Deveria ser repensado.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o primeiro terreno que foi estudado foi precisamente esse ao pé da escola, mas esbarra na reserva ecológica. Neste momento não há outra solução e não há retrocesso porque já foram consideradas todas as hipóteses.

A Assembleia tomou conhecimento.

5.2 - Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2010 – Opções do Plano, Plano de Actividades Municipais e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Luís Carril, Nuno Pereira, Acácio Gonçalves, João Soares, Domingos Vasconcelos, Manuel Ramos Mário Mendes, Francisco Surreira.

O deputado Luís Carril disse que, remetendo para a declaração de voto apresentada pelos vereadores do PSD no executivo, em relação ao plano de actividades municipais para 2010 este reflecte a imagem da governação das últimas eleições e tal é legítimo, mas não quer dizer que tenham que concordar com ele e com a estratégia utilizada, por isso votam contra.

O deputado Nuno Pereira perguntou se seria possível apresentar este documento com algum estudo comparativo para que se possa ser mais ponderativo nas observações que se fazem. Daria mais objectividade e consistência. Quanto à estratégia, disse que concorda com ela pois traduz a materialização de uma ideia que foi expressa nas últimas eleições autárquicas. Disse que o deputado Luís Carril, quando diz que não concorda com a estratégia utilizada, pelo menos deveria apresentar as linhas e opções que o PSD tem.

Fez reparos sobre as tarifas dos resíduos sólidos pois é um assunto que a todos deve preocupar. 1/3 do valor real de tarifas cobradas é exagerado porque se está a subsidiar pessoas que na realidade não precisam. Defende que a Câmara deveria fornecer esse serviço a custo zero a quem mais precisa.

Disse que lhe agrada ver as rubricas dedicadas à educação pois é uma aposta fundamental. Relembrou que este investimento, por parte da Câmara, não significa qualidade no ensino pois não tem essa responsabilidade. A Câmara tem como obrigação criar condições para que os alunos e professores trabalhem em boas condições físicas.

Realçou ainda o apoio à terceira idade que é fundamental, sendo Montalegre um concelho envelhecido.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o orçamento está empolado à semelhança dos anos anteriores. Disse que o plano foi apresentado através da assembleia intermunicipal e foi um plano que o executivo apresentou e como o executivo é obrigado a trazer os documentos provisionais para aprovação devia ter atenção a determinados aspectos. Como, por exemplo, os projectos

prioritários na área da educação constam a construção do Jardim de Infância de Ferral e Cabril, o centro escolar de Montalegre, que está em bom ritmo de construção, e o centro escolar do Baixo Barroso, que não dá sinais para começar. Estes projectos têm participação do QREN e este não é referido nos documentos. Convém haver transparência pois do QREN vêm 40 milhões euros e o plano plurianual também não o refere. Disse que a rubrica urbanização da sede do concelho não informa do dinheiro a ser gasto. Não espelha nada. Para que a Assembleia saiba os projectos prioritários deste executivo são: urbanização da sede do concelho, acessos a zonas escolares, adaptação do palco do auditório municipal, pavilhão desportivo de Salto, ampliação da zona industrial de Montalegre, núcleo de ninho de empresas, construção do mercado municipal, criação da quinta pedagógica da Veiga, plataforma rural, promoção dos produtos locais, criação do museu mineiro da Borralha, museu agrícola das actividades e beneficiação do castelo de Montalegre, etc.

O deputado João Soares, sobre o orçamento, o plano de actividades e plano plurianual de investimentos, disse que o Presidente da Câmara habituou os Barrosões a orçamentos restritivos que ficam aquém das necessidades mas pela leitura que fez de todo o documento, vê-se que, embora restritivo, não deixa de ser ambicioso e ousado. Rigoroso para ser equilibrado. Fiel e coerente, com propostas apresentadas ao eleitorado. Por isso é sério, não demagógico, não empolado, nem engenhoso. É exigente no domínio da gestão orçamental, garantindo a sustentação financeira do município e continuando na linha da boa saúde e do bom exemplo de gestão que inclui Montalegre entre os melhores gestores dos Municípios Portugueses.

Confirma a aposta séria na coesão territorial de Barroso e satisfê-lo muito ver que o Baixo Barroso aparece referenciado em grande: a requalificação da Vila de Salto, um novo lar, o pavilhão desportivo e o pólo museológico das minas da Borralha.

O deputado Domingos Vasconcelos falou sobre o saneamento de Vila Nova, Sidrós e Ferral, dizendo que no plano plurianual vê 50 mil euros para 2010 e 250 mil euros para 2011. Perguntou se o saneamento vai ser feito nos moldes como foram feitos outros saneamentos ou vai ser feito nos moldes de um edital afixado naquelas aldeias, tendo que 80% da população manifestar interesse e pagar antes de este ser feito.

No seu entender não se deve pagar uma taxa antes de usufruir do serviço. Se o saneamento não for feito brevemente, a Câmara deve ter cuidado com os esgotos daquelas aldeias pois em Sidrós há fossas que estão a correr para terrenos a céu aberto.

O deputado Manuel Ramos entregou o seguinte documento à Mesa: "O membro da Assembleia Manuel Ramos disse que um grande volume de obras foi agora anunciado, mas, se isso não for concretizado, tudo não passará de boas intenções, o que espera que não venha a acontecer. Depois, baseado no projecto político do PS relativo aos anos de 2005-2009, referiu que também aí foi anunciado um grande volume de obra que depois não foi realizado: EN 103; a guerra com a EDP; Centro

de Investigação Cinegético; Quinta da Veiga; Central de biomassa e algumas obras da urbanização de Salto. Assinado, Manuel Ramos”.

O deputado Mário Mendes felicitou toda a Assembleia dizendo que espera que todos sejam cumpridores pois, embora em equipas diferentes, jogam todos no mesmo campeonato. Sabe que nem sempre isto acontece pois nota-se que o deputado Manuel Ramos não conhece bem a realidade de Montalegre, foi buscar um programa eleitoral de há 4 anos. Mas também se nota que o deputado não tem consciência do quanto Montalegre se desenvolveu nestes últimos anos. Mesmo no tempo do Carvalho de Moura, enquanto oposição, não se envergonha de dizer que a bancada do PS votou favoravelmente determinados projectos pois o espírito era de construção.

Disse que aprova o orçamento e o plano pois Salto está altamente contemplada. Mais um lar em Salto é extraordinário. Requalificar as minas da Borralha é dignificar uma terra que em tempos foi das mais ricas do distrito de Vila Real e agora é das mais pobres por culpa da administração central.

Fez um apelo ao Presidente da Câmara para que este interviesse junto do Centro de Emprego Chaves no sentido de evitar que todos os desempregados do Baixo Barroso tenham que se deslocar quinzenalmente a Chaves para fazer um controlo. Torna-se muito difícil pois não há transportes compatíveis. O técnico poderia deslocar-se a Salto e fazer lá o respectivo controlo.

O deputado Francisco Surreira disse que a página 13 do plano de actividades fala sobre a continuidade no apoio aos criadores de gado com valor até aos 200 mil euros e a página seguinte fala em 180 mil euros. Pergunta qual é o valor correcto.

Falou sobre a verba destinada à pista automóvel de Montalegre de 220 mil euros e perguntou a que se destina.

O deputado Acácio Gonçalves apresentou a seguinte declaração de voto de abstenção à Mesa: “Voto declarado. Acácio da Silva Gonçalves, deputado municipal pela Coligação “Amar Montalegre – PPD/PSD e CDS/PP”, justifica o seu voto de abstenção na aprovação dos documentos previsionais para o ano económico de 2010 – opções do plano de actividades municipais – proposta de receita e despesa, atendendo ao seguinte: 1º - estes documentos previsionais, quanto à receita e despesa, apresentam-se distorcidos da realidade previsível, como habitualmente se verifica quando da aprovação das contas do exercício; 2º - nestas opções do Plano de Actividades municipais e PPI – Plano Plurianual de Investimento, bem como no orçamento, verifica-se o velho jogo do “rapa, tira, deixa e põe” e que parece feito para de futuro se rever numa dezena de modificações previsionais como aconteceu ao anterior de 2009 em que o plano de actividades sofre a 8º alteração e o orçamento da despesa e receita e plano plurianual a 9ª alteração; 3º - o rigor não existe e o tal “princípio de rigor” é uma revelia constante ao que está previsto. O QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional nestes documentos não existe, no entanto foi submetido a um plano de acção que o Sr. Presidente propôs e aprovou e aqui só aparece muito fugazmente no seu relatório e sendo fonte financeira de 2007 a 2013, não encontrei qualquer transferência de capital neste orçamento, mas mais

caricato aparecem as obras no PPI – Plano Plurianual de Investimento como obra em execução ou finalizada (Centro Escolar de Montalegre, benfeitorias na rede viária no concelho e ligações a Pitões – Requiás) mas a contrapartida de receita não existe; 4º - a única localização nestes documentos em que se refere o QREN é no relatório do Sr. Presidente na página 3 em que diz “as receitas de capital são de 14.900.025,00€, acompanhando a tendência de algum crescimento com o financiamento de obras do QREN”; afinal já é previsto, então porque não consta como receita de capital no plano a comparticipação e no PPI; 5º - Não sei porque não constam do PPI as obras comparticipadas pelo QREN, no entanto sei que é uma série de obras cujo investimento é de aproximadamente 44.000.000,00€ comparticipadas a fundo perdido em aproximadamente 31.000.000,00€; 6º - a finalizar quero dizer, que sendo assim, este plano e orçamento se mostram com falhas que adulteraram todo o seu conteúdo quer na sua subvalorização quer na sua sobrevalorização em obras que estão em desconformidade com o plano intermunicipal. Montalegre 02 de Janeiro de 2010. Assinado, o deputado Acácio Gonçalves.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que o plano de actividades e o plano plurianual são apresentados com documentos anexos que suportam a sua explicação política. Mas há outros documentos entregues que são técnicos e oficiais que têm o rigor exigido por lei e onde aparece tudo devidamente confirmado.

Disse que, à semelhança dos outros planos, é um plano sério, exigente, de continuidade e para cumprir.

Disse que o PSD vai votar contra só por votar porque nada lhe serve, mas também não apresenta propostas. Não lhe serve a aquisição de uma nova oficina, o Centro Escolar de Montalegre, o prédio Albino Fidalgo II, a regeneração urbana da Vila de Montalegre, a ampliação do Ecomuseu, o pavilhão desportivo de Salto, o parque temático das Minas da Borralha, a estrada de Montalegre a Chaves, etc. não lhe serve nada. Comporta-se como um partido irresponsável que não aprende as lições do povo, para bem do PS.

Disse que 18,1% do PPI vai para a educação, e que isso é uma boa aposta.

Sobre as tarifas da água, disse que há realmente problemas complexos. Montalegre é dos concelhos do Alto Tâmega que tem a tarifa da água mais próxima da realidade e somos dos poucos que cobram lixo. É preciso cobrar serviços para depois se poderem distribuir por beneficiários carenciados. A tarifa do saneamento e dos resíduos sólidos é de 1/3 do custo que o serviço exige, mas não é altura para se pensar em aumentos.

Disse ainda que o plano é realista, mas tem que se fazer uma leitura séria do que está lá espelhado pois, se virem os planos anteriores, vêem que os compromissos foram cumpridos.

Disse que há projectos inseridos no plano que só serão feitos se houver fundos comunitários, mas se não estivessem no plano, acusavam-no de não ter ambição e de não lutar para trazer fundos comunitários para o concelho. É uma obrigação que deve ser exigida a um autarca responsável.

Sobre os dados apresentados pelo deputado Acácio Gonçalves, disse que estão desactualizados. Não é financiamento nenhum. Isso foi uma pré listagem que foi pedida às Câmaras Municipais no início da preparação do QREN. Não está

financiado. Era bom que estivesse. O importante é ter várias ideias para se poder jogar em vários tabuleiros.

Disse que o jardim-de-infância de Ferral está previsto na carta educativa e só avança quando houver solução para o Centro Escolar do Baixo Barroso. Em Ferral há sempre a necessidade do pré-escolar para receber os alunos de Covêlo, Cabril e Ferral. Continua a ser uma intenção com projecto já feito.

Sobre a recuperação da sede do concelho, disse que essa obra foi aprovada e está na regeneração urbana, um programa específico para sedes do concelho, com financiamento de 2,5 milhões de euros que não coube a todos os municípios.

Ao contrário do que diz o deputado Acácio Gonçalves, as receitas do QREN estão previstas no orçamento pois a receita e a despesa têm que coincidir.

Sobre os saneamentos, disse que foi muito claro, mesmo antes das eleições, e só haverá saneamento se as pessoas quiserem. Disse que vai marcar reuniões públicas para esclarecer este assunto com clareza nas aldeias onde estão previstas obras.

Disse que o deputado Manuel Ramos deve estar habituado a não ser contrariado e acha que os resultados das eleições lhe deram razão, ou pensa que, com a maior votação da história da democracia de Montalegre, o povo não sabe o que faz. Disse que não foi sério e que fez uma acção de demagogia porque não leu tudo o que estava no plano. Um plano político se não tem ambição, metas futuras não serve para nada. Devia era ler com seriedade pois aí explica o que vai ser feito, o que é uma ambição e pelo que se vai lutar. Confessou que lutou por muita coisa que não conseguiu, mas conseguiu fazer o multiusos, a variante, a estrada do rio, o auditório, o ecomuseu, o parque do Cávado, a casa do Capitão em Salto, os saneamentos em várias aldeias, renovar uma série de aldeias, o Centro Escolar, o Lar de Cabril, a Unidade de Cuidados Continuados, os lares de Montalegre e Salto, apoios sociais e à cultura, a feira do fumeiro, apoio aos agricultores e muito trabalho que não imaginavam que era possível de ser feito.

Falou da EN103 e disse que continua a ser uma preocupação. A EDP e a Derrama também é outra preocupação, mesmo que o Governo não nos dê razão, mas não é tarefa fácil. A Câmara de Montalegre tem o mesmo propósito relativamente à Quinta da Veiga pois quer lá um projecto turístico e cultural, mas tem que se legalizar primeiro o espaço.

Sobre as centrais de biomassa, disse que há uma com potência de 10 megawats aprovada para a região e financiada pelo Governo e já há alguns contratos com produtores florestais para fornecer biomassa para a central. Esta central vai ter várias funções: vai queimar resíduos, vai produzir energia e criar emprego.

Ainda sobre o saneamento, disse que as obras podem avançar todas e há duas formas de elas poderem avançar: ou há financiamento do QREN através dos municípios ou a Câmara lança as empreitadas e depois transfere esses contratos para as Águas de Trás-os-Montes. Por isso, apelou aos Presidentes da Junta para resolverem esse assunto junto das suas localidades para se fazerem as obras o mais breve possível.

As verbas previstas para a Pista Automóvel são para a promoção das provas e para a hipótese de se avançar com a pista de velocidade.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Luís Carril, Nuno Pereira, e Acácio Gonçalves.

O deputado Luís Carril disse que a vereação do PSD não foi ouvida em tempo útil sobre qualquer tipo de proposta que quisessem ver incluída no plano. Não que tivesse essa obrigatoriedade, mas como o plano não segue as linhas estratégicas do PSD como tal não concordam com ele.

Disse que o Presidente da Câmara tentou inverter o discurso do PSD, pois é óbvio que este partido não é contra as obras discriminadas, mas tem propostas, como é o caso do entreposto comercial.

Disse que no caso do saneamento, o Presidente da Câmara disse que as pessoas interessadas tinham que pagar primeiro para saber qual a decisão a tomar. Mas a sua função, enquanto Presidente da Câmara, é decidir. E, como tal, tem que decidir se a obra do saneamento é necessária ou não e depois de feita é que cobra o serviço.

Falou ainda da rubrica "outros" onde cabe muita coisa e com valores muito elevados.

Falou da requalificação da Vila de Salto, dizendo que o Presidente fala dela como obra emblemática, mas nas festas do concelho gasta o dobro do dinheiro. Não é essa a estratégia do PSD e por isso votam contra.

O deputado Nuno Pereira disse que não está contra a universalização do serviço e as pessoas devem pagar pelos serviços de que usufruem. As obras de saneamento, ao serem lançadas, e as condicionantes futuras da sua exploração têm custos que podem ser muito grandes e se a Câmara não começar a fazer um cálculo dos custos efectivos dos ramais não poderá ajudar os que mais precisam. Não defende o custo efectivo mas há pessoas que podem pagar mais e não é justo famílias mais carenciadas serem privadas de alguns serviços.

Disse que se está a fazer política e o tempo da política é o tempo futuro. As finanças municipais começaram a ser mais restritivas para o tipo de serviço que se exige à Câmara e convém ir calibrando as ambições e expectativas em função de tempos mais difíceis.

Falou sobre o quadro de referência e disse que o plano está bem espelhado, mas convinha ter um termo de comparação ao ano anterior. Ter a variação das receitas e dos investimentos.

Disse que o seu voto é favorável, não só por cobrir as áreas essenciais mas também pelo que a Câmara tem vindo a fazer durante estes anos todos. Há muita coerência no investimento e uma aplicação correcta e eficaz dos recursos.

O deputado Acácio Gonçalves disse que é membro da Associação Intermunicipal e mal lá chegou deram-lhe um livro onde diz que o Governo criou o QREN e o exercício de planeamento estratégico cooperacional constitui-se com o programa territorial de desenvolvimento, instrumento fundamental para o processo de contratualização da região norte no âmbito do QREN.

Disse que Montalegre recebeu 40 milhões de euros e se ele estivesse no executivo distribuía-o pelos quatro anos seguintes.



O Senhor Presidente da Câmara disse que a proposta do plano de actividades pode não ter sido distribuída em tempo útil, mas foi em tempo legal e informaram os vereadores que o executivo estava aberto a sugestões.

Disse que continuam com a demagogia dos saneamentos, mas estes só existirão se pagarem o ramal que só acontece depois de fazerem o pedido e já na fase de execução da empreitada. É assim em todo o lado. Foi assim nas outras aldeias.

Sobre a verba atribuída à requalificação da Vila de Salto disse que não tem a ver com as obras que vão ser feitas do PRODER. Tem a ver com 2 milhões de euros que se vão gastar no lar de idosos. Quem o vai pagar é a Câmara para que se criem lugares para os mais necessitados e 40 postos de trabalho. O pavilhão desportivo, vai custar 1 milhão, e o parque museológico das Minas da Borralha também não significam nada para o PSD, que nem ideias tem para pedir. Prefere continuar a fazer demagogia sobre o Centro Escolar do Baixo Barroso, mas nem sabem quantas crianças nasceram em 2009 no Baixo Barroso. Falam sem saber. Se não houver alunos não há Centro Escolar, mas ainda não há decisão formal por parte da DREN e por isso fica a rubrica.

Terminou dizendo que o plano espelha uma obrigação da Câmara que é a responsabilidade de criar sustentabilidade.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com dez votos contra e três abstenções.

5.3 – Revisão dos Documentos Previsionais do Ano Financeiro de 2009 / 3ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: A revisão dos documentos previsionais do ano financeiro de 2009/3ª revisão ao Plano de Actividades Municipais, foi aprovado por unanimidade.

5.4 - Mapa de Pessoal do Município de Montalegre, nos termos do artigo 5.º da LVCR, aprovada pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, que apresentou e entregou à Mesa, um voto declarado.

O deputado entregou o seguinte voto declarado à Mesa: "Voto declarado: Acácio da Silva Gonçalves, deputado municipal pela coligação "Amar Montalegre – PPD/PSD – CDS/PP", justifica o seu voto contra a alteração do mapa de pessoal a que alude o art.º 5º da lei 12-A/08 de 27 de Fevereiro pelos

seguintes motivos: 1º - porque o quadro de pessoal do município vai ser alterado, criando-se quadros, a tempo determinado, indeterminado e a contratar (196) e extinguem-se outros (43) donde resulta quadros a mais no quadro de pessoal num total de 153 que incluem 4 a tempo determinado; 2º - esta engenharia de quadros vai prejudicar de futuro os funcionários que se encontram no quadro de pessoal do Município, cujos direitos adquiridos vão ser protelados nas promoções, transferências e outras regalias, pois serão confrontados com maior número de concorrentes que passam a ter os mesmos direitos, pois penso que tudo isto se deverá ao facto do pessoal ligado à educação passarem a ser funcionários com vínculo ao Município; 3º - os números falam por si, a entrada de 171 funcionários no quadro quer a tempo inteiro, parcial, determinado, indeterminado ou a contratar arrastam outros que deverão pertencer aos "BOYS" das últimas eleições, como serão 38 funcionários que deixam o departamento técnico e são apanhados na mesma onda e passarão ao da Divisão Cultural em que a enxurrada é de tal ordem que assistentes técnicos e assistentes operacionais são mais de 113; 4º - comentários à parte, logo se verá no que a evidência a situação, criaram-se mais um especialista de informática e 2 técnicos de informática e criou-se um novo quadro de Fiscais Municipais 3; dos 135 assistentes operacionais do departamento técnico ficaram 97 e os restantes 38 certamente passaram para o quadro da Divisão Cultural que viu o seu quadro de pessoal aumentar de 46 funcionários para 329, claro está que com as eleições os estagiários, na maior parte candidatos têm agora lugar na mesa da cultura salaia; 5º - o Sr. Presidente tem de justificar com bons argumentos o que irá suceder com esta proposta; 6º - se o facto se deve ao pessoal de educação que transita para os quadros do município, seja-se mais transparente e crie-se um departamento para a área da educação para se saber quem são de onde vêm e para que lugares transitam. A correcção efectuada fez-se de harmonia com o mapa de pessoal enviado com os restantes documentos ao CDS/PP, que se anexa. Montalegre, 2 de Janeiro de 2010. Assinado, Acácio da Silva Gonçalves".

Posteriormente, o deputado Acácio da Silva Gonçalves entregou novo documento à Mesa: " Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Montalegre. Acácio da Silva Gonçalves, deputado pela coligação "Amar Montalegre PPD/PSD – CDS/PP, vem respeitosamente reclamar junto de V. Exa pelo seguinte facto: tendo apresentado um voto declarado a quando da votação do "mapa de pessoal" do Município, fi-lo de conformidade com o mapa de pessoal que me enviaram com os documentos do partido Popular. Após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara constatei que o mapa estava errado e havia sido substituído por outro, pelo que este foi posto a votação e não tive tempo para corrigir o referido "voto declarado escrito". Montalegre, 02 de Janeiro de 2010. Assinado, Acácio Silva Gonçalves."

Deliberação: Foi rectificado e aprovado por maioria com um voto contra e duas abstenções.

5.5 – Eleição de um representante das Juntas e Freguesia, como Delegado aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O deputado Nuno Pereira, em representação da bancada socialista, apresentou a candidatura do deputado Manuel Duarte, Presidente da Junta de Freguesia da Chã.

Não houve outras propostas.

Deliberação: A proposta apresentada foi aprovada por maioria com cinquenta e um votos a favor e seis abstenções.

5.6 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do n.º 1, do art. 5º, do decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro e posteriores alterações.

O deputado Nuno Pereira propôs a candidatura do Presidente da Junta de Freguesia da Chã, Manuel Duarte.

Não houve outras propostas.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria, com cinquenta votos a favor, um voto contra e sete abstenções.

5.7 – Eleição de 4 (quatro) membros da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Montalegre, nos termos da alínea l) do art. 17, da lei nº 47/99, de 1 de Setembro.

O deputado Nuno Pereira entregou o seguinte documento à Mesa: "A bancada do Partido Socialista propõe como representantes para a CPCJ de Montalegre as senhoras Maria do Carmo Costa, Lisete Miranda, Ana Isabel Dias e Gorete Afonso, considerando que são cidadãs que revelam especiais conhecimentos e capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo. Assinado pela bancada do Partido Socialista".

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com quarenta e quatro votos a favor, dez votos brancos e três votos contra.

5.8 – Eleição de 5 (cinco) representantes da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIM-TM, nos termos do art. 15º dos Estatutos.

O Senhor deputado João Soares apresentou o seguinte documento à Mesa: "Proposta por acordo: eleição de 5 representantes para integrar a assembleia

intermunicipal da CIM-TM: Manuel Carvalho – PS, João Soares – PS, Alberto Fernandes – PS, António Cascais – PSD e Acácio Gonçalves – CDS. Montalegre, 2 de Janeiro de 2010. Assinado, João Soares.”

Inscreveu-se para intervir o deputado António Cascais.

O deputado António Cascais sublinhou o acerto e o propósito da abertura da maioria na constituição de uma lista plural a um órgão tão importante. Outras oportunidades irão surgir mas com a responsabilidade com que estão para o sim também estão para o não.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e seis votos a favor e um voto contra.

5.9 – Pedido de isenção de pagamento da IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis), nos termos do art. 43º, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, em que é requerente JOVIFOLIA – Canalizações Unipessoal, Lda., com sede na Rua do Sr. da Piedade, nº 2 R/C – Montalegre.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não Houve intervenções.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

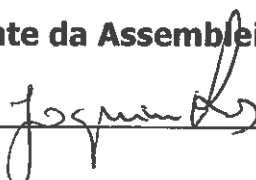
6 – Período após a ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

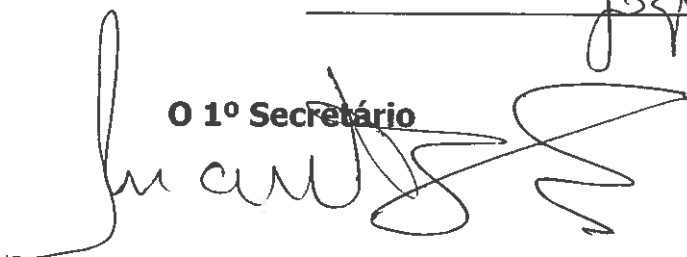
Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia



O 1º Secretário



O 2º Secretário

